SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: https://doi.org/10.17771/PUCRio.OSQ.77346

PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO E SEGURANÇA NA EDUCAÇÃO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA: CONSIDERAÇÕES DE UMA PESQUISA-AÇÃO

Renata Mena Brasil do Couto, Eliane Gomes da Silva Borges, Leandro de Castro Benício, Irene Rizzini

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

Submetido em: 2024-09-17
Postado em: 2024-09-18 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

ARTIGO

PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO E SEGURANÇA NA EDUCAÇÃO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA: CONSIDERAÇÕES DE UMA PESQUISA-AÇÃO

RENATA MENA BRASIL DO COUTO[1]
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2030-0636
renatabr83@gmail.com
ELIANE GOMES DA SILVA BORGES[2]
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0167-3966
elianegomes.ciespi@gmail.com
LEANDRO DE CASTRO BENÍCIO[3]
ORCID: https://orcid.org/0009-0009-9036-1857
leandrocastro.ciespi@gmail.com
IRENE RIZZINI[4]
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1154-7998
irizzini.pucrio.ciespi@gmail.com

[1] Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
[2] Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
[3] Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
[4] Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

RESUMO: Este artigo analisa os resultados de uma pesquisa-ação que teve por objetivo contribuir para debates e ações com foco na ampliação das oportunidades de educação para a Primeira Infância. Consultamos moradores e profissionais que atuam na Rocinha/Rio de Janeiro/RJ e, através de um questionário semiestruturado, eles foram convidados a relacionar os temas inclusão, participação e segurança à educação das crianças nas instituições de ensino, em casa e na comunidade. Esses atores revelaram esforços para incluir, ampliar a participação e oferecer segurança às crianças, mas apontaram que o suporte do Estado e da sociedade é fundamental para a proteção dos pequenos moradores da comunidade. Isso indica a importância de se fortalecer uma rede local que dialogue sobre os temas abordados, proponha soluções alinhadas às necessidades dessa população e leve o debate aos responsáveis por elaborar e monitorar políticas públicas que possam melhorar as condições de vida das crianças e suas famílias.

Palavras-chave: primeira infância, educação, inclusão, participação, segurança

PARTICIPATION, INCLUSION AND SAFETY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: CONSIDERATIONS FROM AN ACTION RESEARCH

ABSTRACT: The article analyzes data from an action research project focused on expanding education opportunities for Early Childhood. We consulted residents and professionals who work in Rocinha (city of Rio de Janeiro). Interviewees were asked to relate children's education to inclusion, participation and safety in educational institutions, at home and in the community. Respondents revealed efforts to promote inclusion and expand participation for children in safe spaces, but support from the State and society is essential. This finding indicates the importance of strengthening local networks and propose solutions aligned with the needs of small children. Public sector partipation is also vital for developing and monitoring public policies that can improve the lives of children and their families.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

Keywords: early childhood, education, inclusion, participation, security

PARTICIPACIÓN, INCLUSIÓN Y SEGURIDAD EN EDUCACIÓN INFANTIL: CONSIDERACIONES DESDE LA INVESTIGACIÓN-ACCIÓN

RESUMEN: El artículo analiza los resultados de una investigación-acción realizada con residentes y profesionales que actúan en Rocinha, en la ciudad de Río de Janeiro. El objetivo del estudio es ampliar las oportunidades educativas para la Primera Infancia. Los entrevistados vincularon la inclusión, la participación y la seguridad con la educación de los niños en las instituciones educativas, en la casa y en la comunidad. Los resultados indican la existencia de iniciativas para incluir y ampliar la participación en entornos seguros. Sin embargo, resaltaron que el apoyo de la sociedad y del Estado, incluyendo el desarrollo de políticas públicas específicas, es fundamental. Fortalecer las redes locales es vital para promover el diálogo y proponer soluciones alineadas con las necesidades de los niños y sus familias.

Palabras clave: primera infância, educación, inclusión, participación, seguridade

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros anos de vida, as crianças são parte importante da sociedade e se fazem presentes, na vida pública e privada, com suas necessidades, capacidades e potencialidades. Seu reconhecimento como sujeitos de direitos desde os primeiros anos de vida (Porto; Lacerda; Rizzini, 2023) e sua prioridade absoluta na legislação brasileira são fundamentais para que, em sua pluralidade e diversidade, pautadas por marcadores sociais como classe, etnia e gênero, elas sejam amparadas pela família, pela sociedade e pelo Estado visando seu pleno desenvolvimento.

> A infância constitui uma etapa da vida com sentido e conteúdo próprios. Não olhamos para as crianças na perspectiva do adulto que gostaríamos que elas fossem; olhamos para elas por serem crianças, sujeitos, cidadãs, com o direito de viver a infância o mais plenamente possível (RNPI, 2020, p.12).

De acordo com Rizzini, Barker e Cassiniga (1999) e Arantes (2012), a Convenção Internacional dos Direitos da Criança - CDC, ratificada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, é o instrumento internacional de maior importância no estabelecimento de um consenso sobre a natureza e a extensão dos direitos das crianças. O Brasil, signatário da CDC, com a Constituição Federal de 1988 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990), tornou-se referência em âmbito internacional no que se refere ao seu corpo normativo. No entanto, a correlação de forças entre conquistas e retrocessos no país permanece um desafio para a promoção dos diretos de todas as crianças. Por muito tempo, por exemplo, as crianças nos seus anos iniciais de vida não receberam tanta atenção quanto a infância tardia e a adolescência (Rosemberg, 2006), mas esse cenário vem mudando nos últimos anos (Costa, 2021).

A institucionalização do conceito Primeira Infância tornou o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 "decisivos para a mudança de paradigma no que concerne a importância de compreender, estudar e privilegiar os primeiros anos de vida de uma criança" (Costa, 2021, p.21). Segundo Costa (2021), a valorização por parte da academia, de órgãos internacionais e de organizações não governamentais alçou o tema à agenda pública brasileira. Todavia, só muito recentemente, o país promulgou o Marco Legal da Primeira Infância – MLPI (Lei nº 13.257/2016), que "estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano" (Brasil, 2016, n.p).

Embora, no aspecto político, o conceito de Primeira Infância esteja em disputa, seja contribuindo para o avanço dos direitos democráticos ou ocupando a pauta da agenda neoliberal

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

(Rosemberg, 2009), pesquisas em âmbitos nacional e internacional reconhecem a importância de assegurar os direitos das crianças desde seus anos iniciais de vida, fundamentais para seu desenvolvimento humano. É nesse período que ocorre o desenvolvimento das estruturas física e psíquica e das habilidades sociais e emocionais das crianças (Shonkoff; Phillips, 2000; Unicef, 2001; Tebet; Abramowicz, 2018).

O acesso a direitos nesta etapa da vida é um dos temas centrais do projeto de pesquisa intitulado "Primeira infância participativa e inclusiva: ampliando oportunidades de educação de crianças em contextos de vulnerabilidade"[1], que deu origem ao artigo que ora apresentamos. Entre 2020 e 2024, os autores e outros membros da equipe do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI/PUC-Rio realizaram uma série de consultas e ações junto a moradores e profissionais que atuam na Rocinha, comunidade situada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro/RJ.

A PESQUISA

Neste texto, analisamos 56 entrevistas com mães/pais/responsáveis, profissionais que atuam em creches/pré-escolas e atores-chave da comunidade da Rocinha. Eles responderam a um questionário semiestruturado, com perguntas abertas, relacionando os temas inclusão, participação e segurança à educação das crianças nas instituições de ensino, em casa e na comunidade[2].

Sobre os perfis dos entrevistados, alguns destaques se fazem necessários[3]. Em relação às mães, pais e responsáveis, entrevistamos um grupo diversificado, composto por 20 mulheres e homens com idades entre 17 e 53 anos. Eles têm diferentes níveis de escolaridade, distintas configurações familiares e são moradores de diversas partes da Rocinha. A maioria das entrevistas foi realizada com famílias cujas crianças frequentam creches ou pré-escolas. Algumas famílias ilustraram também os desafios de cuidar daqueles que não frequentam instituições de educação e daqueles com deficiência, questões de saúde mental e/ou doenças crônicas.

Acerca dos profissionais consultadas, entrevistamos 20 professoras e/ou diretoras que atuam em creches e/ou pré-escolas públicas, particulares ou conveniadas ao município, localizadas em diferentes partes da comunidade da Rocinha. Buscamos garantir uma diversidade no perfil dos entrevistados, mas não conseguimos localizar nenhum homem atuando como professor ou diretor nas instituições de ensino infantil pesquisadas, o que indica a importância de um aprofundamento do debate sobre feminilização do cuidado (Oliveira; Ribeiro, 2022). Todas as nossas entrevistas foram realizadas com mulheres.

Os 16 atores-chave consultados atuam em instituições ou iniciativas públicas e privadas responsáveis pelo atendimento às crianças da Rocinha. Os entrevistados, alguns contratados e outros voluntários, atuam em diferentes áreas: assistência social e sistema de garantia de direitos, saúde, educação, esporte, cultura, religião, comunicação e movimento social. Quanto à localização dos equipamentos, a maioria deles fica na Rocinha (9) ou em São Conrado (5). Apenas 2 deles ficam mais distantes, na Lagoa e em Botafogo. A maioria dessas iniciativas (11) realiza programas, projetos, serviços ou ações para crianças com idades entre 0 e 5 anos. As que não realizam expressaram interesse em se aproximar da pauta.

As entrevistas revelaram que os temas abordados são pouco discutidos e, portanto, fomentaram reflexões que ainda não haviam sido experimentadas por muitos entrevistados ao pensar mais amplamente sobre a educação das crianças pequenas. Uma das famílias, por exemplo, afirmou: *"Eu*

---

[1] O projeto é desenvolvido com apoio do UK Global Challenges Research Fund (GCRF), Reino Unido. Internacionalmente, coordenado por Kay Tisdall, professora da Moray House School of Education and Sport da Universidade de Edimburgo (Escócia). No Brasil, coordenado por Irene Rizzini, professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e diretora do CIESPI/PUC-Rio. O projeto inclui também pesquisadores da África do Sul, Essuatíni e Palestina. A pesquisa realizada foi aprovada pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (Parecer 021/2020 – Protocolo 29/2020). Para saber mais, acesse: www.ciespi.org.br.

[2] Além dos 56 adultos, 30 crianças com idades entre 3 e 7 anos também foram consultadas ao longo do projeto a partir de metodologias participativas (Porto; Lacerda; Rizzini, 2023).

[3] Embora a maioria das pessoas entrevistadas ao longo da pesquisa seja mulher, optamos, na elaboração geral do texto, pelo uso de pronomes e artigos masculinos para evitar a identificação e facilitar a leitura. Quando nos referimos às profissionais de creches e pré-escolas, fizemos uso de pronomes e artigos femininos, já que todas as entrevistadas são mulheres.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

acho que eu nem escuto essa palavra inclusão". Na análise das entrevistas, percebemos que os temas inclusão e participação surgiram em conexão e serão apresentados articuladamente neste artigo. Já o tema segurança, na perspectiva dos entrevistados, revelou-se a partir de suas vivências em um contexto marcado por adversidades que afetam a vida das crianças pequenas e suas famílias.

PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO NOS PROCESSOS EDUCACIONAIS

A participação, embora seja um conceito em desenvolvimento e em disputa, é um direito de todos e todas sem discriminações, inclusive das crianças (Freire, 2011; Tisdall, 2017; Cuevas-Parra, 2021; Jamieson et al., 2022). Fernandes (2005) afirma que o paradigma da participação infantil associa esse direito à proteção e à provisão, de uma forma interdependente:

> (...) a criança é um sujeito de direitos, que, para além da protecção, necessita também de margens de acção e intervenção no seu quotidiano, é a defesa de um paradigma impulsionador de uma cultura de respeito pela criança cidadã: de respeito pelas suas vulnerabilidades, mas de respeito também pelas suas competências (Fernandes, 2005, p. 45)

Almeida e Paiva (2016) identificaram em seus estudos que é possível colocar a criança como sujeito participativo e atuante nas ações com vistas a mudanças nas práticas pedagógicas. As autoras concluiram que *"a participação das crianças na dinâmica da escola é uma atitude pedagógica que sempre tem de ser atualizada porque requer mudança de práticas e apoio no sentido de formação e acompanhamento"* (Almeida; Paiva, 2016, p.96). Considerando que creches e pré-escolas também são espaços que possibilitam e, mais do que isso, podem promover práticas participativas, analisamos o envolvimento das crianças, de suas famílias e de outros atores-chave na educação, tendo como referência interações, diálogos e tomadas de decisão com base no respeito mútuo. Todavia, essa participação pode (e deve) ocorrer também na casa, na comunidade e nos demais espaços públicos destinados à Primeira Infância, sendo particularmente importante para que os interesses e necessidades dos pequenos sejam ouvidos e contemplados nos serviços, programas, projetos e na elaboração de políticas públicas.

Nas entrevistas realizadas ao longo de nossa pesquisa-ação, a participação foi definida pelas famílias como sua presença constante no cotidiano das crianças, interagindo com elas e acompanhando seu desenvolvimento e aprendizado: *"Tudo você tem que participar da criança. Ver ele crescer, ficar do lado dele, né? Porque ele depende da pessoa. Não maltratar e dar educação"*. Mães, pais e responsáveis destacaram a importância de acompanhar e dar suporte às crianças em suas atividades escolares e participar de encontros propostos pelas creches e pré-escolas, fortalecendo a relação entre as famílias e os profissionais de ensino. Eles declararam também consultar a agenda escolar e conversar com as crianças para acompanhar seu desenvolvimento e aprendizado. Metade das profissionais de creches e pré-escolas entrevistadas concordou que a participação das famílias é fundamental na vida das crianças e para o trabalho pedagógico desenvolvido na educação infantil: *"Se a família não participa, a gente também percebe diferenças no desenvolvimento da criança. A criança precisa de cuidados, precisa desse olhar de todos os que estão à sua volta. (...) Na educação infantil, a participação da família é essencial"*.

Mas essa não é uma tarefa simples para aqueles que trabalham fora de seus núcleos familiares, especialmente para as mães solo, que precisam cuidar das crianças e da rotina de suas casas sozinhas. Profissionais de creches e pré-escolas e atores-chave afirmaram que os compromissos com o trabalho são os principais obstáculos para a participação das famílias. Os empregadores raramente entendem que um funcionário precisa ir a uma reunião ou evento de escola ou que seu filho ficou doente e precisa de cuidados[4]: *"Tem uma própria dinâmica da sociedade que não contribui para que esse responsável periférico, que esse responsável que é pobre, participe ativamente da educação dos seus filhos"*. Por isso, muitas famílias entendem e utilizam a creche como um espaço de confiança para que possam deixar as crianças enquanto cumprem

[4] As famílias que trabalham possuem diferentes formas de vínculos empregatícios formais ou informais. Mesmo aqueles que possuem vínculo formal possuem limitada possibilidade de cuidado e presença familiar em caso de doença das crianças. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 473, garante que *"o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por um dia por ano para acompanhar filho de até seis anos em consulta médica"*.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

suas obrigações. Alguns contam com o apoio de familiares que se revezam para acompanhar os pequenos nas atividades propostas, uma orientação comum dada pelas unidades de ensino para que eles não fiquem sozinhos. Melhorias das condições de trabalho, redução de carga horária e aumento de salários poderiam possibilitar maior participação. Enquanto isso não ocorre, quando não estão nos espaços de educação infantil, muitas crianças precisam ficar sob os cuidados das "mães crecheiras", de vizinhos e/ou de familiares, inclusive menores de idade. Essa rede de apoio é muito importante nas comunidades e evita que mais crianças fiquem em casa desacompanhadas ou perambulem sozinhas pelas ruas.

Outros obstáculos à participação das famílias foram mencionados nas entrevistas, como a falta de compromisso, seriedade, maturidade e/ou entendimento acerca da importância da educação infantil. Compreende-se, contudo, que muitos não tiveram oportunidades educacionais e/ou não aprenderam a valorizá-las. Ainda assim, a participação das famílias foi considerada ativa na percepção das profissionais de creches e pré-escolas. Para a maioria dos atores-chave entrevistados, mães, pais e responsáveis se esforçam para participar do processo de educação e aprendizado dos seus filhos na Rocinha, pois se preocupam e acreditam que a educação pode garantir melhores condições de vida às crianças: *"Tem uma grande maioria que se preocupa muito, daquela coisa de 'meu filho vai ter o que eu não tive, eu vou lutar, eu vou ralar, eu vou passar horas na cozinha da patroa, mas meu filho não vai passar por isso'"*. Na educação formal, buscam por vagas, frequentam reuniões, se interessam pelo desempenho dos filhos e conseguem uma explicadora quando necessário.

Do ponto de vista das instituições, há investimentos para promover a participação das famílias considerando sua diversidade, limites e possibilidades. Reuniões, projetos pedagógicos temáticos, eventos em datas comemorativas, conversas sobre as crianças, abordagens na entrada ou saída das instituições sobre questões pontuais, mostras dos trabalhos realizados pelas crianças e passeios, atividades para realizar em casa (desenhos, pinturas, colagens e leituras), são alguns exemplos citados pelas profissionais entrevistadas. Assim, mobilizam as famílias nas instituições e nas casas, estimulando esforços conjuntos pela educação. Por outro lado, algumas profissionais disseram que nem sempre é assim, seja porque o contato das famílias é limitado à direção ou pelos horários incompatíveis.

Sobre as crianças, foi mencionado que é preciso garantir a participação de todas elas, sem discriminações, nas instituições, nas famílias e na comunidade, respeitando suas subjetividades. O esforço para envolver as crianças no cotidiano das creches e pré-escolas e para diversificar a oferta de atividades foi valorizado pelas mães, pais e responsáveis entrevistados, especialmente no que diz respeito àquelas com deficiência, questões de saúde mental e/ou doenças crônicas: *"Participação tem a ver pra mim com inclusão, é incluir a criança na atividade, sabe, de modo geral. (...) Incluir a criança nas atividades, no dia a dia, em tudo"*. Todas as crianças, em sua diversidade, precisam conviver nos espaços de educação e na comunidade se beneficiando de metodologias adequadas e contando com a presença de profissionais qualificados nas creches e pré-escolas, proporcionando atenção as suas demandas objetivas e subjetivas.

Cabe destacar que um número considerável de mães, pais e responsáveis entrevistados entendeu a inclusão a partir de seu acompanhamento do processo de educação dos filhos, apoiando seu desenvolvimento e aprendizagem: *"Inclusão (...) pra mim é ter o pai, a mãe, a vó (...) todo mundo incluído na educação do filho, né? Tipo assim, participando"*. A inclusão também apareceu no sentido das crianças pequenas serem acolhidas nos espaços de educação infantil, por meio da interação, da escuta e da convivência, como práticas que possam contribuir para o bem comum. Para as profissionais de creches e pré-escolas, essas instituições têm justamente a função de incluir a todas as crianças, escutando o que elas têm a dizer, percebendo suas particularidades e permitindo sua participação nas atividades propostas, desta forma, estimulando seu desenvolvimento. Ensinar sobre diversidade e preparar para a sociedade também fazem parte do trabalho desenvolvido e, para isso, a participação das famílias é fundamental.

As profissionais de creches e pré-escolas relacionaram a inclusão especialmente às crianças com deficiência, destacando que o convívio com os colegas de turma, o uso de metodologias específicas, a presença de profissionais qualificados e a parceria com as famílias são elementos que contribuem para o aprendizado das crianças com esse perfil. Mas há barreiras para incluir essas crianças nos espaços de educação infantil, sendo a falta de suporte especializado nas salas de aula a resposta mais citada pelas profissionais. Embora algumas unidades da rede pública contem com professores articuladores

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

itinerantes vinculados à Sala de Recursos Multifuncionais[5] - iniciativa considerada importante - a quantidade de profissionais e seu tempo disponível em cada instituição são desafios frente à demanda[6].

Esta lacuna não apenas prejudica o trabalho desenvolvido – já que o professor não consegue oferecer o acompanhamento necessário para o aluno que apresenta alguma necessidade de atenção específica – como também pode levar à evasão. Os horários reduzidos e a exigência de acompanhamento dos responsáveis acabam resultando na desistência das famílias*: "A mãe não sabe como lidar com ela, tem, inclusive, dificuldades de entender o que é uma criança no espectro e é uma criança que fica solta. A mãe preferiu tirar da escola, porque tem sempre reclamação e ela não sabe o que fazer".* Uma das entrevistadas, mãe de uma criança com deficiência e doença crônica, revelou que o filho sofre exclusão na creche por conta de suas limitações e do medo que a instituição tem de que ele se machuque. Isso evidencia os desafios de algumas instituições para garantir a participação e a inclusão de crianças com esse perfil na rotina escolar.

Ainda que a maior parte das mães, pais e responsáveis tenha dito que as crianças não têm dificuldades para participar das atividades propostas nas creches e pré-escolas, alguns deles mencionaram que a falta de diálogo entre as instituições de ensino e as famílias, o número reduzido de profissionais e o acesso limitado à internet no contexto da pandemia de Covid-19 são fatores que impactam a participação das crianças. Visando ampliar essa participação, esses entrevistados propuseram alternativas, como a garantia de acesso à internet para as famílias via projetos do governo, o aumento do número de professores e a presença de profissionais especializados. Foi destacada também a importância do atendimento multiprofissional para as famílias, com psicopedagogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais[7]. Crianças com dificuldades de fala, de concentração e aquelas já diagnosticadas com deficiência, questões de saúde mental e/ou doenças crônicas seriam especialmente beneficiadas.

Focadas no cotidiano institucional, as profissionais de creches e pré-escolas entrevistadas também foram convidadas a refletir sobre a participação das crianças nas atividades propostas. Para elas, participação significa a criança se envolver, interagir, brincar, aprender e conseguir realizar as atividades do seu jeito: *"É interagir, é estar envolvido, fazer parte ali do grupo, em todos os sentidos".* Estar na escola não significa necessariamente participar e, por isso, cabe aos profissionais identificar e apoiar aquelas que necessitam de mais atenção para se relacionar e se desenvolver. Nesses casos, dialogar com as crianças, ouvir o que têm a dizer, pensar junto e estimular sua criatividade, por meio de atividades que despertem seu interesse e sejam prazerosas, é fundamental. Elas afirmaram que a "rodinha de conversa" é a forma mais utilizada para as crianças participarem ativamente do seu processo de aprendizado. Durante a atividade, as crianças interagem entre pares e com as educadoras, dialogando sobre diversos assuntos relacionados ao seu cotidiano na creche e fora dela. A concepção de que a criança deve ser protagonista em seu processo de aprendizado apareceu algumas vezes: *"Elas têm que ser protagonistas do seu processo de aprendizagem. Eu percebo na maioria dos professores esse movimento de estimular a curiosidade, estimular o aluno a dar suas hipóteses, perguntar, questionar".* No entanto, nem sempre, criar oportunidades para que elas apresentem suas próprias propostas é algo fácil e bem recebido pelas instituições. Conforme afirmou uma das entrevistadas, práticas conservadoras, através das quais apenas o professor ensina e o aluno aprende, limitam o potencial das crianças.

Os diálogos durante ou ao término das atividades e a atenção aos comportamentos e expressões das crianças também foram apontadas como estratégias de escuta. No caso dos bebês, a observação das educadoras foi considerada essencial: *"É toda visual: os que batem palma, tentam cantar. (...) É uma forma deles demonstrarem que eles estão gostando, e quando eles não gostam, dão as costas e vão fazer outra coisa".* Embora os bebês ainda sejam pouco estudados nos campos pedagógico e sociológico, sua observação e

---

[5] Estes profissionais elaboram o Plano Educacional Individualizado (PEI) de alunos que possuem laudo médico. O objetivo da sala de recursos multifuncionais é apoiar a organização e a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

[6] A temática da inclusão está presente nas normativas brasileiras desde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, onde a educação infantil é reconhecida como um direito de todas as crianças. No entanto, dados apontam que as desigualdades sociais impactam diretamente o sistema educacional brasileiro fazendo com que crianças e adolescentes que moram no campo, os negros, os indígenas, os pobres, os sob risco de violência e exploração e os com deficiência sejam os mais atingidos pela exclusão escolar, entendida como uma combinação entre baixo desempenho, repetência, elevadas taxas de distorção idade-série e evasão (UNICEF, 2013).

[7] Por isso, é fundamental incidir politicamente para o cumprimento da Lei nº 13.935/19 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

interação nos espaços de educação são reconhecidas como fundamentais (Rossetti-Ferreira; Amorim; Vitória, 1996). Guimarães (2010) destaca a necessidade de compreender os bebês para além da fragilidade e da dependência, mas nos seus modos próprios de iniciar e manter contatos, dando visibilidade para sua potencialidade e não para seus limites. O fortalecimento da comunicação não só beneficia as crianças, melhorando seu desenvolvimento, como as professoras, que podem se replanejar e tornar as atividades propostas mais adequadas aos interesses e mais efetivas para o aprendizado dos pequenos.

As profissionais entrevistadas disseram que, no geral, os alunos são participativos, mas que o comportamento dos adultos e o perfil das crianças e de suas famílias costumam determinar como eles se apresentam. Alguns adultos têm dificuldades para compreender os pequenos: *"O adulto! O adulto para mim é sempre um obstáculo. Porque a gente tem enraizado em práticas extremamente tradicionais, às vezes a gente não consegue enxergar a criança"*. E alguns alunos são mais tímidos, têm problemas de autoestima, se sentem excluídos, as famílias não têm recursos financeiros para comprar uniformes e/ou materiais, têm dificuldades de interagir, etc. É preciso saber aproveitar os interesses e conhecimentos que as crianças trazem de casa e construir coletivamente o ambiente escolar. Respeitar individualidades, reconhecer potencialidades e estimular a criatividade fazem parte do rol de estratégias para engajar e aumentar a participação dos pequenos. Aqueles com mais dificuldades em sua trajetória escolar não devem ser comparados aos demais e sim apoiados para que mantenham o interesse e se desenvolvam, inclusive através de jogos pedagógicos e brincadeiras.

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO NA ROCINHA

Para Carneiro (2012), *"a concepção de educação inclusiva tem se fortalecido no sentido de que a escola tem que se abrir para a diversidade, acolhê-la, respeitá-la, e acima de tudo valorizá-la como elemento fundamental na constituição de uma sociedade democrática e justa"* (Carneiro, 2012, p.83). Ao longo da pesquisa realizada, consideramos fundamental relacionar o conceito de educação inclusiva também às crianças oriundas de famílias em condição de pobreza, impactadas, muitas vezes, por uma alimentação inadequada, por moradias precárias, sem condições de lazer e estudo, pelo acesso limitado a livros e outros bens materiais e culturais e pela escassez de vagas em creches e pré-escolas públicas. Mesmo quando conseguem acessar as unidades de ensino, essas crianças convivem com a falta de recursos que compromete a infraestrutura e o trabalho educacional oferecido nesses equipamentos (Brasiliense; Sousa, 2021). Essa é uma realidade muito comum na Rocinha, o que nos fez abordar o conceito de inclusão visando o acesso de todas as crianças a bens, serviços e direitos, independentemente de sua condição socioeconômica, deficiências, identidade de gênero, sexualidade ou de sua etnia.

Durante as consultas realizadas, perguntamos se a pobreza interfere no acesso das crianças à educação[8]. A maioria das profissionais de creches e pré-escolas disseram que sim, uma vez que ela limita o acesso a bens e serviços. A pobreza foi relacionada à má qualidade na alimentação, que pode causar sonolência, apatia e dificuldades de concentração; e à escassez de recursos para o transporte, que limita a circulação. Além disso, foi mencionado que a falta de acesso a saneamento básico e a produtos de higiene podem ocasionar doenças e a escassez de serviços de saúde pode agravar esses quadros. Diante das dificuldades financeiras das famílias e de eventuais problemas relacionais decorrentes, as crianças podem ficar agitadas, tristes, irritadas ou até mesmo agressivas na escola.

Os atores-chave concordam que a pobreza interfere no acesso das crianças à educação porque os serviços públicos são insuficientes e/ou precários para atender às demandas daqueles que carecem de recursos para viver em moradias seguras, adquirir materiais pedagógicos e ter acesso a uma alimentação adequada: *"Você com fome não consegue raciocinar. (...) Com fome você não consegue fazer nada"*. No entanto, a renda não define se uma criança é capaz de aprender: *"Se a criança, mesmo que pobre, tivesse a mesma oportunidade de aprendizado que uma criança rica, ela teria a mesma capacidade de aprender e estudar"*. É preciso pensar na criança como parte da família e nas dificuldades que os adultos enfrentam para oferecer a elas atenção e cuidado. Para além de críticas e ações de conscientização, as famílias necessitam de respostas

[8] No Brasil, cerca de 32 milhões de crianças (63% do total) vivem em situação de pobreza, considerando suas múltiplas dimensões: renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação, de acordo com o UNICEF (2023).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

concretas do Estado no sentido de oportunizar mudanças e garantir direitos, promovendo o bem-estar das crianças.

Os principais desafios para o aprendizado e o desenvolvimento infantil na Rocinha, mencionados nas entrevistas realizadas, foram: as deficiências; o preconceito étnico-racial; as possibilidades limitadas de cuidados por parte de algumas famílias; e a relação de alguns familiares com o mercado varejista de drogas ilegais. As famílias das crianças com deficiência têm dificuldade para acessar serviços especializados na comunidade, inclusive de educação e saúde. O racismo[9] afeta a autoestima das crianças não brancas e faz com que muitas sejam estigmatizadas e vistas como pessoas sem futuro, limitando investimentos em sua educação. Algumas crianças sofrem com conflitos familiares, privações, violações de direitos e uso abusivo de álcool e outras drogas, o que afeta a capacidade dos adultos de oferecer cuidados, sendo necessária atenção especializada do Estado nesses casos. Conflitos armados podem causar o fechamento de escolas e interromper ciclos de aprendizagem. A precária oferta de serviços e de políticas públicas na região, com destaque para a falta de saneamento básico e transportes de boa qualidade, também se apresenta como um desafio.

Outro ponto central citado pelos grupos entrevistados foi a falta de vagas nas creches e pré-escolas. Há famílias que gostariam de colocar seus filhos nas instituições de educação, mas, nas palavras de nossos entrevistados: *"Não é todo mundo que consegue não, tá. Porque as vagas são poucas, né?"*. Mães, pais e responsáveis de bebês e de crianças com deficiência alegaram ser ainda mais desafiador por conta da atenção especial que seus filhos necessitam. Além da defasagem na oferta de vagas para educação infantil, principalmente quando se trata do serviço público e de creche, algumas famílias enfrentam dificuldades para pagar as mensalidades do ensino privado. Nos chamou a atenção a falta de informações em relação à matrícula das crianças na comunidade, uma vez que um número considerável de famílias disse não saber como essas decisões são tomadas nas instituições de ensino. Percebemos que a disponibilização de informações e a realização de matrículas através site da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro não é acessível para todas as famílias, consideração realizada em entrevistas de familiares, profissionais de creches e pré-escolas e atores-chave.

A maioria das profissionais de creches e pré-escolas entrevistadas confirmou as perspectivas das famílias ao afirmar que existem mais crianças precisando de matrícula do que vagas disponíveis. A demanda é muito maior que a oferta, especialmente nas unidades públicas. Como a educação infantil é obrigatória apenas a partir dos 4 anos, a creche para aqueles com até 3 anos e 11 meses de idade é oferecida em menor escala. Além disso, os recursos necessários para a manutenção das creches conveniadas ao município são insuficientes para que elas atendam às exigências do contrato, mantenham a qualidade do serviço ofertado e supram a demanda existente. De acordo com as entrevistadas, as crianças com deficiência são as que têm maior dificuldade para serem matriculadas em creches e pré-escolas. Elas destacaram que algumas mães chegam a omitir diagnósticos dessa natureza por medo de preconceito e/ou de perder a vaga. Já para o berçário, dada as dificuldades de adequeção das salas e limitações de espaço físico, também há poucas vagas na comunidade e as crianças que já frequentam costumam ocupar automaticamente as turmas do primeiro ano da pré-escola.

A grande maioria dos atores-chave entrevistados concordou que muitas crianças na Primeira Infância na Rocinha acabam privadas de oportunidades de educação. As filas de espera por vagas são imensas, os horários são incompatíveis com a realidade do mercado de trabalho e longas distâncias dificultam o acesso: *"Essas crianças já nascem tendo que correr atrás de outro indivíduo. Na competição ela não está no mesmo pé de igualdade"*. Além disso, o modelo escolar tradicional nem sempre atende às necessidades das crianças. Enquanto alguns precisam se esforçar para manter os filhos na escola, outros não aprenderam a valorizar a educação porque não tiveram acesso a ela quando mais jovens e não compreendem a importância da frequência regular para a realização de um trabalho pedagógico que impacte positivamente o desenvolvimento das crianças.

---

[9] Crianças negras crescendo *"em meio a um ambiente escolar e familiar estruturado em princípios de inferiorização da cultura africana, de vilanização das vítimas da escravidão e da invisibilização dos heróis e das heroínas da resistência contra a escravidão não poderiam se desenvolver valorizando a negritude"* (DEVULSKY, p.17, 2021). Nesse sentido, destacamos a importância de incidirmos politicamente em torno do cumprimento da Lei nº 10.639/03, alterada pela Lei nº 11.645/08, que incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

Também foi mencionado em nossa pesquisa que muitas demandas das crianças não podem ser supridas apenas pelas instituições de ensino, seja pela falta de espaço apropriado, de equipe especializada ou de recursos. A ampliação do diálogo entre os espaços que oferecem atividades para as crianças, incluindo ONGs, movimentos sociais e espaços religiosos, e a rede de proteção social disponível na comunidade, poderia ampliar a divulgação de iniciativas e facilitar o acesso das famílias. Embora o atendimento emergencial do Conselho Tutelar e o acesso ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, por exemplo, sejam indispensáveis, é igualmente importante que esses equipamentos exerçam seu papel de articulação e fortalecimento da rede de serviços disponível na região para as crianças e suas famílias.

As parcerias institucionais são fundamentais para aprimorar o processo de aprendizado das crianças. Importante compreender que a educação não se refere apenas ao universo escolar. Crianças aprendem cotidianamente na interação com adultos e com outras crianças. Espaços que favoreçam essas interações são, portanto, necessários. Na Rocinha, há um parque abandonado, mas não há lugares de encontro para mães, pais e filhos e não há praças suficientes e adequadas para que as crianças possam brincar e correr com segurança: *"Você não tem pracinhas, você não tem brinquedos, você não tem acesso a andar de bicicleta, andar de patins. Na realidade o espaço da comunidade ele é um dormitório, a Rocinha é um grande dormitório"*. Em relação ao esporte e ao lazer, também faltam oportunidades: *"Então falta, falta muita coisa, principalmente nessa Primeira Infância. E é um momento crucial esse do desenvolvimento"*.

Em relação à participação das crianças na comunidade, a maioria das famílias disse que seus filhos não fazem nada na Rocinha, uma vez que não conhecem espaços acessíveis e/ou interessantes. Também foi mencionada a falta de manutenção das praças locais e a ausência de brinquedos gratuitos voltados para as crianças pequenas. Outros apontaram o risco de exposição à violência e os tiroteios como um perigo que restringe a circulação das crianças nas ruas da comunidade. Ainda que alguns participantes da pesquisa tenham dito que seus filhos frequentam espaços da comunidade, eles sinalizaram que esses locais são insuficientes para atender à demanda local.

Os atores-chave entrevistados, representantes de instituições com oferta de atividades gratuitas para crianças, concordaram que as instituições onde atuam não conseguem atender a todas as famílias que buscam seus serviços. E, em relação à ampliação das vagas e dos atendimentos oferecidos, existem limitações institucionais e financeiras, como: estruturas físicas reduzidas; falta de materiais e equipamentos; quantidade insuficiente de profissionais capacitados; e turmas pequenas para garantir qualidade técnica e atenção individualizada às crianças em alguns tipos de atividades. O atendimento voltado especificamente para as crianças de 0-5 anos ainda é limitado na Rocinha, embora a importância dessa etapa da vida seja reconhecida. Representantes das instituições que não oferecem atividades para as crianças pequenas expresaram interesse em alcançar ou ampliar o atendimento a esse público. Porém, afirmaram que precisariam de mais recursos financeiros e do apoio de especialistas na área para qualificar suas aproximações e abordagens: *"Há muito tempo a gente tem o desejo de construir, (...) fomentar o debate da Primeira Infância na Rocinha na perspectiva de entender o direito das crianças"*.

Foi possível perceber que os horários muitas vezes são um obstáculo à participação já que as crianças pequenas dependem dos adultos para se deslocar de forma segura: *"Seis anos para baixo tem que ser acompanhado pelo(s) pai(s). Mas tem pai que sai cinco horas da manhã para trabalhar e mãe também. Então limita"*. Além disso, pela extensão territorial da Rocinha, mesmo dentro da comunidade, alguns deslocamentos precisam ser feitos por transporte rodoviário, o que gera custos para as famílias. A complexidade da Rocinha e a falta de investimentos na coleta e sistematização de dados sobre a comunidade dificultam a definição de estratégias de atuação, a avaliação dos serviços disponíveis bem como uma divulgação mais ampliada que possa alcançar todas as famílias.

Outro tema relevante acerca da participação das crianças em atividades na comunidade é o desafio do diálogo intersetorial entre as diversas iniciativas consultadas e as creches e pré-escolas da Rocinha, pois não existem estratégias continuadas para que isso aconteça. A importância dessa aproximação é reconhecida pelos entrevistados e articulações pontuais são realizadas, mas apenas a área da saúde, que desenvolve programas específicos junto à educação, consegue avançar nesse diálogo. Os responsáveis por uma mesma criança podem (e devem) acessar diferentes serviços, por isso, estreitar a relação entre equipamentos e profissionais poderia facilitar o entendimento da realidade das famílias e os

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

encaminhamentos necessários. Essa aproximação poderia contribuir para o atendimento integral e para a melhoria da qualidade de vida dos pequenos moradores da comunidade.

A dificuldade de acesso a espaços públicos de educação infantil, devido à falta de vagas, saúde, cultura, esporte e lazer para as crianças pequenas contribem para o cenário de desigualdade identificado na Rocinha. Quando perguntamos se algumas crianças da comunidade são tratadas de forma diferente, a maioria das mães, pais e responsáveis respondeu que sim. Para eles, as crianças tratadas de forma diferente são aquelas que não recebem o devido apoio da família, seja porque os parentes trabalham longas horas e não conseguem acompanhar o cotidiano dos filhos na escola ou por sua precariedade de acesso à renda ou desemprego. Um dos atores-chave entrevistados nos disse que: *"Aqui dentro (na Rocinha) tem muita diferença social. Tem algumas áreas em que as crianças não têm saneamento, não têm banheiro"*. Crianças mais pobres, que vivenciam a fome, situações de violência, que estão fora da escola e que não têm acompanhamento são tratadas de forma diferente. O preconceito contra as crianças cujos responsáveis fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, com cuidadores que fazem parte de casais homoafetivos ou com mães e pais com deficiência e/ou questões de saúde mental também foi mencionado.

O preconceito étnico-racial foi outra questão abordada nas consultas à comunidade: *"Então, acho que tem muitos estereótipos, sobretudo em cima das crianças retintas, quando você anda na rua e vê as crianças que estão na rua e a sua maioria são meninos retintos"*. As diferenças da cor da pele opõem pessoas de uma mesma comunidade, uma vez que o racismo e o colorismo estabelecem uma hierarquia racial (Bento, 2022): a população não branca, com destaque para as pessoas negras (pretos e pardos), tem sua identidade marcada pelas diferentes tonalidades de suas peles. Como afirma Devulsky (2021):

> A substância dessas existências, tanto negras quanto brancas, resta encerrada em papéis que distribuem, de modo desigual e injusto, habilidades, tendências, características e estéticas que, definidas de dentro para fora, restringem e disciplinam as variadas negritudes existentes no Brasil (Devulsky, 2021, p.12).

Perguntamos também como se dá a participação das crianças em casa e as famílias consultadas nos disseram que costumam brincar e propor atividades educativas aos pequenos: *"É tão bom! A gente ri tanto. É tão divertido"*. Jogos, desenho, pintura, leitura e músicas foram mencionados como recursos usados para auxiliar o aprendizado das crianças em casa, sempre com um toque de criatividade e adequação às realidades distintas. Uma entrevistada, não alfabetizada, relatou que costuma contar histórias para os netos através das imagens dos livros, uma estratégia adaptada para enfrentar uma realidade adversa. Ensinar sobre rotina, higiene pessoal e a realizar tarefas domésticas também foram citadas como estratégias para auxiliar à educação. A realização dos "deveres de casa" propostos pelas creches e pré-escolas também foi destacada como uma tarefa importante pela maioria das famílias. De diferentes formas, todas as mães, pais e responsáveis entrevistados revelaram esforços para ajudar as crianças a aprender em casa, embora alguns tenham expressado sentir dificuldades pela falta de tempo, de recursos e mesmo de estudo: *"Ela aprendeu sobre invertebrados e vertebrados. E eu pensava: 'como eu vou explicar isso a ela?... Eu, na idade dela, não sabia nem escrever meu nome"*.

Sobre as formas de oferecer suporte a essas crianças em casa, na comunidade e/ou nas instituições, os atores-chave entrevistados mencionaram as seguintes estratégias: dialogar com as famílias, respeitando e acolhendo suas variadas composições; conhecer e entender os comportamentos das crianças; ter equipes para atendimentos domiciliares; contornar a precariedade e a ausência de serviços; refletir sobre as condições de habitação, saneamento básico, educação e sobre a ausência de espaços para brincar. Para que os moradores da Rocinha possam participar e fortalecer essas estratégias, no entanto, são necessários investimentos robustos. Embora fundamentais, projetos, coletivos e iniciativas locais não conseguem eliminar os efeitos negativos da ação limitada e ineficiente de um Estado que prioriza a violência armada quando se faz presente nas comunidades, favelas e/ou periferias (Franco, 2014; Soares, 2019).

SEGURANÇA: UM TEMA COMPLEXO EM CONTEXTOS ADVERSOS

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

O significado de segurança varia de acordo com diversos fatores, e as vivências e contextos em que as pessoas se inserem certamente influenciam suas percepções sobre o tema. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o conceito de segurança humana, introduzido em 1994, valoriza as necessidades básicas, a dignidade e a liberdade de escolha das pessoas, e inclui segurança econômica, alimentar, sanitária, ambiental, pessoal, comunitária e política (PNUD, 1994). Essa concepção é fundamental no sentido de evidenciar a amplitude do direito constitucional à segurança individual (artigo 5, caput) e à segurança pública (artigo 144, capítulo III) dos brasileiros, que, para além da perspectiva que limita e restringe direitos e garantias, como instrumento de poder da polícia, se assenta na democracia e na promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana (Romão, 2020).

É nesse sentido que abordamos o conceito de segurança, não apenas no sentido de prevenir e proteger crianças da violência física, mas também de outras violações de direitos que ameaçam o seu bem-estar, seu desenvolvimento e sua aprendizagem. Trata-se de melhorar a segurança dos pequenos em casa, na comunidade e nos serviços, programas e projetos destinados à Primeira Infância.

A maior parte dos entrevistados, sejam mães, pais, responsáveis, profissionais de creches e pré-escolas ou atores-chave, considerou que as crianças de 0 a 5 anos não vivem em segurança na Rocinha. Ostensivas operações policiais, confrontos armados, venda e uso abusivo de álcool e outras drogas, exploração do trabalho infantil, falta de saneamento básico, acesso limitado a serviços precários de saúde, educação e transporte, insegurança alimentar e fome, entre outros elementos que violam os direitos das crianças fazem parte do cotidiano da comunidade.

Mães, pais e responsáveis moradores da Rocinha revelaram um entendimento sobre segurança muito marcado por aspectos territoriais e pela violência física. Isso se explica pelo fato de estarem expostos a trocas de tiros entre policiais, comerciantes varejistas de drogas ilegais e facções rivais e por terem seu acesso a bens e serviços públicos limitado pela ação insuficiente e ineficiente do Estado na comunidade. Ainda assim, alguns moradores conseguiram relativizar a violência cotidiana e expuseram uma outra forma de ver o tema, valorizando laços comunitários que apoiam o cuidado com as crianças, especialmente importantes para as mães solo que também trabalham fora de casa.

Apesar do cenário adverso, uma das profissionais de creches e pré-escolas entrevistadas destacou os esforços realizados pela comunidade para proteger suas crianças: *"Eu acho que a comunidade tenta. Tenta, porque acredita nessa coisa do pertencimento, de que apesar de toda a exclusão, de toda a falta do olhar do poder público, do estado, nós olhamos por nós, essa solidariedade orgânica é que faz a coisa não ser pior do que é"*. E ela não foi a única. O entendimento de que a comunidade é acolhedora e busca criar estratégias para proteger as crianças esteve fortemente presente no discurso dos atores-chave entrevistados. Eles criticaram a forma como o Estado se faz presente, criando situações que prejudicam o desenvolvimento e impactam negativamente na qualidade de vida e na garantia dos direitos dos pequenos moradores da Rocinha. Enquanto investe fortemente na "guerra às drogas", aumentando os riscos de confrontos armados na comunidade, o Estado participa de forma insuficiente nas resoluções de seus problemas históricos, como a falta de saneamento básico e de atenção em saúde para o enfrentamento de doenças como a tuberculose; a desorganização do trânsito, que gera risco de atropelamentos; e a falta de obras de contenção de encostas e intervenções urbanísticas com participação popular que mitiguem o risco de deslizamento e desabamento em algumas áreas.

Ainda que alguns moradores tenham afirmado que a Rocinha está em "paz" há alguns anos em relação a grandes e prolongados conflitos armados, o risco e o medo permanecem presentes: *"Então, a gente vive num estado de insegurança muito grande"*. Em relação às crianças na Primeira Infância, mães, pais e responsáveis consideram fundamental protegê-las contra confrontos armados, pessoas que possam lhes fazer mal e contra acidentes domésticos: *"Segurança pra mim é você poder ir e vir sem ter uma preocupação de que algo possa acontecer com a criança, com você"*. Nesse sentido, a presença constante de familiares e pessoas que zelam pelas crianças, oferecendo atenção, cuidado e educação, foi citada como um elemento capaz de aumentar a segurança na Primeira Infância: *"Então, eu acho que o principal fator que gera segurança pra uma criança seria esse mesmo. O apoio que aquele núcleo mais próximo dela dá pra ela. O sentido de carinho que ela recebe. Eu acho que seria isso"*.

Para melhorar a segurança das crianças na comunidade, muitas mães, pais e responsáveis citaram a extinção do comércio ilegal de drogas. Mais respeito entre as pessoas, com menos preconceitos;

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

escolas em tempo integral; mais serviços e oportunidades para a comunidade, especialmente para as crianças e para os jovens; mais acesso à saúde e a médicos especializados; e soluções de saneamento básico, com fechamento de valas que causam doenças, foram outras alternativas propostas. As respostas dos atores-chave reforçam a ideia de que é preciso que famílias, sociedade e Estado, incluindo articuladores locais e externos, atuem juntos oferecendo acesso à educação, saúde e demais serviços essenciais, redistribuição de renda, apoio socioemocional, espaços seguros, fortalecendo redes de apoio locais, melhorando o comportamento no trânsito, divulgando informações, etc. Mais uma vez, a forma como o Estado atua foi questionada por impactar no tratamento e na oferta de serviços disponíveis: *"A gente consegue melhorar exatamente lutando contra essa guerra, né? Que existe contra as drogas, contra o favelado, contra o preto. Esse racismo estrutural que a gente vive, sabe?"*. Neste aspecto, o racismo ao qual a moradora se refere é decorrência da própria estrutura social, da forma como se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, configurando-se em um fenômeno social complexo em que a raça define a vida e a morte (Almeida, 2019).

Profissionais de creches e pré-escolas, em sua maioria, mencionaram que a ampliação e o aprimoramento de políticas públicas e o desenvolvimento de projetos sociais voltados para a infância são fundamentais para que as crianças estejam mais seguras em suas casas e na comunidade: *"Primeiro saneamento básico que falta, acesso à luz, à água, à alimentação saudável, espaços de lazer que são quase nulos, centros culturais, mais bibliotecas, espaços pensados para criança, espaços infantis pensados para eles"*. Elas citaram especificamente a necessidade de construção e/ou ampliação de espaços públicos e seguros para as crianças, especialmente com oferta de atividades para os bebês, que necessitam de diferentes estímulos para se desenvolver e não encontram oportunidades para fazê-lo na comunidade. As profissionais disseram que, para além de um ambiente escolar adequado, a criança precisa estar protegida e confortável na sua casa e receber o apoio de sua família: *"Segurança é ela ter uma família, de onde ela se sinta bem, amparada"*.

Ao abordar a segurança nas creches e pré-escolas, todas as profissionais, exceto uma delas, responderam que as crianças estavam seguras nessas instituições. O cuidado faz parte do cotidiano das entrevistadas, que buscam acompanhar a circulação, observar e escutar as crianças como formas de protegê-las. Em relação à segurança física, elas mencionaram a necessidade de atenção constante à movimentação das crianças pelo espaço, uma vez que elas correm e pulam de forma ágil e rápida. As entrevistadas disseram que as instituições de ensino investem na sua adequação e preparação para receber as crianças, por exemplo, instalando redes de proteção em portas e janelas, restringindo a circulação de pessoas estranhas à comunidade escolar, retirando obstáculos que possam provocar acidentes, utilizando mobiliário e brinquedos acessíveis e assegurando a presença de uma rede de apoio capaz de garantir sua integridade física. Em relação à segurança emocional dos alunos, as entrevistadas disseram que o afeto e a construção de um ambiente acolhedor são fundamentais para o fortalecimento de laços de confiança entre as crianças e as profissionais: *"Às vezes, a criança está meio nervosa por algo que tenha acontecido na casa dela, e o porto seguro, a segurança dela somos nós. Então, a gente tem que sempre trabalhar com muito amor, muito carinho e muito cuidado para trazer segurança a essas crianças"*.

No que se refere às perspectivas de mães, pais e responsáveis, a grande maioria concordou que as crianças se encontram seguras nas creches e pré-escolas, especialmente porque elas têm protocolos para os casos de confrontos armados, como esconder as crianças no local mais seguro, trancar as portas e portões principais e não deixar ninguém entrar e sair; elas restringem o acesso de pessoas, mantendo profissionais monitorando a circulação; as crianças só deixam a instituição acompanhadas de responsáveis autorizados; e elas avisam nos casos de problemas de saúde. Parte dos entrevistados também mencionou que os problemas de segurança que identificam não seriam específicos das creches e pré-escolas e estariam relacionados ao fato de que essas instituições estão sujeitas aos riscos provocados por eventuais confrontos armados e que, no caminho até elas, por vezes, as crianças acabam expostas à venda ilegal de drogas e à presença de pessoas armadas. Profissionais de creches e pré-escolas também mostraram preocupação com os riscos do entorno em suas respostas.

Mesmo em um cenário complexo como a Rocinha, os entrevistados conseguiram apontar espaços que oferecem "alguma segurança" para as crianças. Além das creches e pré-escolas, de modo geral, projetos sociais e outros espaços que oferecem atenção e cuidado, como a Biblioteca Parque, o Complexo Esportivo, o Instituto Reação, o Conselho Tutelar, os postos de saúde e o CRAS também

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

foram considerados seguros, assim como os espaços religiosos: *"Acho que aqui a gente se preocupa muito com a segurança, com amparo, com o dar de comer, com o oferecer abrigo, oferecer o que é justo"*. De acordo com os atores-chave participantes da pesquisa, esses espaços não só contribuem para a socialização e para o aprendizado das crianças como oferecem acesso ao esporte, ao lazer e a cultura, fundamentais para o desenvolvimento infantil. Todavia, eles disseram que não há praças seguras, pois estão destruídas e/ou ocupadas por pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, em situação de prostituição ou que se comportam de maneira inadequada diante das crianças.

Parte das mães, pais e responsáveis foi mais radical ao dizer que sua casa era o único lugar seguro na comunidade, seja porque os filhos estão na sua companhia, seja poque a habitação tem acesso restrito ou por ser cercada por outras construções, ficando menos exposta em casos de confrontos armados. Outra parte dos moradores disse não haver espaços seguros para crianças na localidade, no geral, por conta da violência armada: *"A criança não tem mais espaço fora de casa pra brincar aqui (...). Hoje, se for brincar no beco, você corre, dá três passos, tá batendo de cara com uma arma"*.

Atores-chave e profissionais de creches e pré-escolas demonstraram outras preocupações em relação à segurança nas casas das crianças: *"A casa, que deveria ser o maior local de segurança, o templo, o local para as crianças se sentirem mais acolhidas e seguras, nem sempre é"*. Profissionais de creches e pré-escolas problematizaram aspectos relacionados à dinâmica familiar (violência doméstica, violência sexual e falta de recursos), à estrutura das construções (presença de rachaduras, mofo, risco de deslizamento e desabamentos e exposição a tiroteios) e à violência na Rocinha (aumento do número de crimes e possíveis conflitos armados). Preocupações em relação à falta de cuidados, atenção e alimentação adequada foram destacadas pelos atores-chave entrevistados. No geral, eles entendem que falta suporte financeiro e emocional para as famílias, muitas das quais vítimas de ciclos intergeracionais de pobreza e privação.

Ao serem perguntados sobre como seus filhos se sentem em relação à segurança, parte das mães, pais e responsáveis entrevistados disse perceber que as crianças ficam agitadas e assustadas quando ouvem fogos de artifício e tiros na comunidade: *"Com 3 anos ela já entende sim, que é tiroteio, que vai vir alguém, entendeu?" Ela fica 'Mamãe, mamãe! Fogos, fogos!'. Ela não pode ver as pessoas com arma que ela fala 'ih, vou morrer, vai matar'"*. O medo é algo comum no mundo de uma criança pequena. É possível que seja ainda mais presente nas vidas de crianças que estão expostas à violência em seu entorno, como nos contextos de favela (Borges, 2019; Martins, 2020). Outras crianças ficam entediadas, irritadas e choram por não poder brincar na rua. Um dos participantes considerou que eles são muito pequenos para compreender o assunto, embora acredite que estar perto da família é fundamental para gerar um sentimento de segurança para as crianças: *"A definição de segurança pra eles é isso, é tá perto do pai ou da mãe"*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os dados que emergiram do campo, podemos concluir que, com criatividade, mães, pais e responsáveis entrevistados revelaram esforços para incluir seus filhos, ampliar sua participação e oferecer segurança a eles. No entanto, compreendemos que as condições objetivas e subjetivas de cada família podem limitar ou criar oportunidades para o desenvolvimento e para a educação das crianças. Nesse sentido, o suporte do Estado e da sociedade são fundamentais para a proteção integral dos pequenos. Em nosso projeto, entendemos que a inclusão, a participação e a segurança estão diretamente relacionadas ao acesso da população a bens e serviços públicos de qualidade.

Essenciais nesse processo, as profissionais de creches e pré-escolas entrevistadas, de modo geral, avaliaram positivamente o trabalho realizado, especialmente quando consideraram o empenho das equipes. No entanto, elas reconheceram os desafios da falta de investimento público na educação e segurança das crianças. Compreenderam que algumas construções não possuem estrutura adequada para funcionar como creche e pré-escola e que, por isso, necessitam de investimentos e reformas. A importância da participação das famílias na educação das crianças também foi destaque. Se, por um lado, reconheceram e cobraram esforços de mães, pais e responsáveis para participar das atividades propostas pelas instituições, também compreenderam que questões socioeconômicas podem limitar essa participação. Em sua maioria, as profissionais de creches e pré-escolas concordaram que as crianças

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

aprendem brincando, na interação com seus pares e observando seu entorno. Por isso, garantir espaços seguros para que possam se divertir e socializar é fundamental para seu desenvolvimento.

As crianças não só aprendem em todos os lugares por onde circulam, como também enfrentam situações desafiadoras em suas casas, na comunidade e nas instituições que frequentam. De acordo com os atores-chave entrevistados, algumas estão mais expostas a violações de direitos, são mais discriminadas e vivenciam experiências que não deveriam ser parte da infância. Nesse sentido, a comunidade é um lugar a ser transformado para que elas possam se desenvolver de forma segura e com seus direitos protegidos. No geral, eles concordaram com mães, pais e responsáveis e com profissionais de creches e pré-escolas ao relacionar os principais desafios vivenciados pelas crianças de 0 a 5 anos e suas famílias na comunidade às lacunas existentes nas políticas e serviços públicos. A falta de vagas na educação infantil e a frágil inclusão daqueles que conseguem acesso e enfrentam dificuldades para permanecer nas instituições são problemas importantes. Os serviços de saúde oferecem atenção básica e de urgência/emergência no território, mas o atendimento especializado, inclusive em saúde mental, exige deslocamentos e esforços. No campo da assistência social, há muito a ser feito para que as crianças se tornem prioridade, pois os atendimentos às famílias se concentram nos benefícios e programas de transferência de renda diante do empobrecimento da população, agravado pela pandemia. Os serviços de segurança pública, que deveriam proteger as crianças e a população como um todo, as expõe a inúmeras situações de risco e constantes ameaças à vida. Saneamento básico, coleta de lixo, reformas de praças e outros espaços de lazer e melhorias no transporte público e na rede de energia elétrica são reivindicações históricas da Rocinha. De modo geral, os entrevistados afirmaram que os direitos dos moradores, incluindo as crianças na Primeira Infância, não serão assegurados sem que haja investimentos robustos por parte do Estado, e demandaram a ampliação e o aprimoramento das políticas e dos serviços públicos.

Acreditamos que, aliados às mobilizações e coletivos populares, assim como à comunicação e às mídias sociais, esses e outros atores-chave podem contribuir para que as pautas locais[10] sejam amplificadas e cheguem aos responsáveis por elaborar e monitorar políticas capazes de melhorar as condições de vida dos moradores. É fundamental fortalecer uma rede local que dialogue sobre as questões levantadas, crie soluções alinhadas às necessidades e desejos da população da Rocinha e lute por sua implementação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, J. G.; PAIVA, H. V. G. A. de. Avaliação institucional na educação infantil: a participação das crianças na organização do trabalho pedagógico. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 40, p. 83-96, maio-ago. 2016.

ARANTES, E. M. de M. Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. *PSI. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 45-56, 2012.

BENTO, C. *Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORGES, E. G. da S. *Escuta de crianças na Primeira Infância em contextos de favela*: aproximações e distanciamentos entre saberes e direitos das crianças na Rocinha. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2019.

BRASILIENSE, K. da S.; SOUSA, R. R. de. Aprendizagem, pobreza e Educação Infantil no Brasil: reflexões necessárias à prática docente inicial. *Revista Educação Pública*, v. 21, n. 13, 2021.

[10] Moradores mobilizados ao longo do projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva elaboraram uma *Carta coletiva da Rocinha em defesa da Primeira Infância*. O grupo se baseou nas demandas apresentadas pelos participantes das entrevistas e das rodas de conversa promovidas pela equipe do CIESPI/PUC-Rio. O documento se encontra disponível no site: www.ciespi.org.br.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva na educação infantil. *Práxis Educacional*, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012.

COSTA, C. T. Q. *Construção social da primeira infância e sua priorização na agenda pública brasileira*. 2021. 138 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2021.

CUEVAS-PARRA, P. Thirty years after the UNCRC: children and young people's participation continues to struggle in a COVID-19 world. *Journal of Social Welfare and Family Law*, 43(3), p. 1-18, 2021.

DEVULSKY, A. *Colorismo*. São Paulo: Jandaira, 2021.

FERNANDES, N. *Infância e direitos*: participação das crianças nos contextos de vida: representações, práticas e poderes. 2005. 491 f. Tese (Doutorado em Estudos da Criança). Universidade do Minho, Portugal, 2005.

FRANCO, M. *UPP - A redução da favela a três letras*: uma análise da política de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal Fluminense, Niteroí, 2014.

FREIRE, J. S. E. *Participação e educação*: concepções presentes nos estudos da revista Educação & Sociedade (1978-2010). 2011. 225 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Situação da Infância Brasileira*. Desenvolvimento Infantil. Os seis primeiros anos de vida. Brasília: UNICEF, 2001.

_____. *Fora da escola não pode*! O desafio da exclusão escolar.1. ed. Brasília, DF: UNICEF; CNDE, 2013.

_____. *As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil*. Brasília: UNICEF, 2023.

GUIMARÃES, D. *Relações entre bebês e adultos na creche*: o cuidado como ética. São Paulo: Cortez, 2010.

JAMIESON, L. et al. International perspectives on the participation of children and young people in the Global South. *Third World Thematics: A TWQ Journal*, 7:1-3, p. 56-74, 2022.

MARTINS, G. R. *"Amanhã eu quero que não tenha tiro"*. Tortuosos caminhos na trilha dos direitos de crianças e adolescentes nas favelas. 2020. 218 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA, A. C.; RIBEIRO, T. da S. Mulheres negras na provisão e distribuição de cuidados no Brasil. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, Rio de Janeiro, v. 32, n.2, p. 289-313, jul-dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Estados Unidos, Nova York, 1989.

PORTO, C. L.; LACERDA, N.; RIZZINI, I. *Dialogando com as crianças*: olhar sensível e escuta atenta. 1a. ed. Rio de Janeiro: CIESPI, 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human Development Report*, 1994. New York: Oxford University Press, 1994.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10029

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI). *Plano Nacional pela Primeira Infância*: 2020 - 2030. 2ª ed. (revista e atualizada). Brasília, DF: RNPI/ANDI, 2020.

RIZZINI, I.; BARKER, G.; CASSANIGA, N. Políticas Sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. *Educ. Rev.*, Curitiba, n. 15, jan-dez. 1999.

ROMÃO, L. F. de F. A segurança pública na Constituição de 1988: direito fundamental, dever do Estado e responsabilidade de todos. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 75, p. 159-169, jan-mar. 2020.

ROSEMBERG, F. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. In: FREITAS, M. C. de (Org.). *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 49-86.

_____. Crianças pequenas na agenda de políticas para a infância: representações sociais e tensões. In: PALACIOS, J.; CASTAÑEDA. E. (Org.). *A Primeira Infância (0 a 6 anos) e seu futuro*. Madri: Fundação Santillana, 2009. p. 49-62.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. dos S.; VITÓRIA, T. Emergência de novos significados durante o processo de adaptação de bebês à creche. In: ANPEPP (Org.). *Investigação da criança em interação social*. São Paulo: ANPEPP, 1996. p. 111-143.

SHONKOFF, J.; PHILLIPS, D. *From Neurons to Neighborhoods*: The Science of Early Child Development. Washington, DC (USA): National Academy Press, 2000.

SOARES, L. E. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo, 2019.

TEBET, G.; ABRAMOWICZ, A. Estudos de bebês: linhas e perspectivas de um campo em construção. *Educação Temática Digital*, v. 20, n. 4, p. 924-946, 2018.

TISDALL, E. K. M. Conceptualising children and young people's participation: examining vulnerability, social accountability and co-production. *International journal of human rights*, 21 (1), p. 59–75, 2017.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autora 1: Coordenadora da coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.
Autora 2: Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.
Autor 3: Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.
Autora 4: Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.